

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 09 a 11/04

O Plenário pode votar o PL 501/2019, que prevê a criação de um plano de metas de estados, Distrito Federal e municípios para o enfrentamento integrado da violência contra a mulher. Outra matéria que consta no Plenário é o PLP 252/2023, que altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para dispor sobre o contrato de investimento conversível em capital social (CICC).

O Plenário retoma nesta semana o debate sobre a PEC 45/2023, que considera crime a posse ou o porte de drogas ilícitas independentemente da quantidade apreendida. O texto passa pela quarta sessão de discussão nesta terça-feira. A matéria precisa ser submetida a cinco sessões de debates antes da apreciação em primeiro turno. Para a votação em segundo turno, são três as sessões de discussão.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: Os senadores aprovaram o PL 501/2019, que trata da elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Também foi aprovado o PLP 252/2023, que altera o Marco Legal das Startups (Lei Complementar 182, de 2021) para criar o Contrato de Investimento Conversível em Capital Social (CICC), por meio do qual o investidor, residente no país ou não, transfere recursos à startup para a subscrição de ações ou quotas de sua emissão, em momento futuro e mediante a ocorrência de eventos predeterminados no próprio contrato.

As duas matérias seguem para análise da Câmara dos Deputados.

CPI da Braskem – 09 e 10/04 - 9h

A CPI realizará reunião para deliberação de requerimentos e as seguintes oitivas:

09/04

- Alexandre Sampaio (presidente da Associação dos Empreendedores e Vítimas da Mineração em Maceió);
- Cássio de Araújo Silva (coordenador-geral do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem - MUVB);
- Francisco Malaquias de Almeida Júnior (ex-Procurador-Geral do Estado de Alagoas).

10/04

- Marcelo Arantes, Diretor Global de Pessoas, Comunicação, Marketing e Relações com a Imprensa da Braskem.

Realizadas: Para assistir clique [aqui](#) e [aqui](#).

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 10/04 - 10h - Plenário 03

ITEM 03 - [PL 4015/2023](#), que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 julho de 2012, e 13.709, de 14 agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garantir aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

O relator, Senador Weverton, apresentou [parecer](#) favorável ao Projeto e às Emendas nº 1 e nº 2, e com duas Emendas que apresenta.

Resultado: Não deliberado. Vista concedida ao Senador Alessandro Vieira.

ITEM 10 – [PEC 10/2023](#), que Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

O relator, senador Eduardo Gomes, apresentou [parecer](#) favorável a matéria quanto aos aspectos constitucionais, de mérito e regimentais, bem como pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19, 21 e 25, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 20, 23, 27 e 29, e pela rejeição das demais emendas, na forma do Substitutivo.

Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão. A matéria não foi deliberada e deverá constar na pauta da próxima semana. O relator, senador Eduardo Gomes, apresentou parecer favorável à matéria, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19 e 21, pela rejeição das Emendas nºs 7, 36 e 38 e pelo acolhimento parcial das demais Emendas, nos termos do Substitutivo que apresenta. Para acessar o parecer, clique [aqui](#).

ITEM 15 - [PL 4027/2019](#), que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer a cooperação entre as polícias judiciárias e os órgãos de controle.

O relator, senador Marcos do Val, apresentou [parecer](#) pela aprovação do Projeto, nos termos Substitutivo que apresenta.

Resultado: Não deliberado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário - 09 a 11/04

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

Resultado: A Câmara dos Deputados manteve, por 277 votos favoráveis, a prisão em flagrante e sem fiança do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), detido no dia 24 de março pela Polícia Federal sob acusação de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Houve 129 votos contra a prisão e 28 abstenções.

Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania - 10/04 - 10h

A CCJC reunirá para analisar a manutenção da prisão preventiva do deputado Chiquinho Brazão (RJ). Chiquinho Brazão, que foi expulso do União Brasil, está preso desde o último dia 23. No dia 26 de março, o relator do caso, deputado Darci de Matos (PSD-SC), leu seu [parecer](#) em que defende a manutenção da prisão de Chiquinho Brazão.

Brazão é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) e do seu motorista, Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, no centro do Rio de Janeiro. Na época, ele era vereador na capital fluminense.

Resultado: A CCJC da Câmara aprovou a manutenção da prisão preventiva do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de mandar o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018. O relatório foi aprovado por 39 votos favoráveis e 25 contrários. O texto seguiu para o Plenário, onde também foi acatada a manutenção da prisão.